

Crescimento, decepção, automóveis e algodão **LIÇÕES DE POLÍTICA ECONÔMICA DE FIM DE ANO**

*Rogério L. Furquim Werneck**

Quem, ostensiva ou veladamente, ainda acalentava a esperança de que a evolução do quadro econômico em 2000 acabasse não sendo tão favorável como prenunciava o governo, chega decepcionado a este final de ano. Aparentemente, o círculo virtuoso que teve início em março de 1999 continua ganhando força. O ano termina com inflação em queda, contas públicas sob controle, taxas de juros em baixa e vigorosa recuperação do nível de atividade. Um desempenho excepcional para uma economia que, há menos de dois anos, estava mergulhada em grave crise cambial e na iminência de ter de passar por forte contração do nível de atividade.

Ao longo do segundo semestre, sinais de deterioração do quadro externo deram grande alento a prognósticos pessimistas sobre as perspectivas da economia brasileira. Não faltou quem enxergasse nas dificuldades do regime cambial argentino, na alta do preço do petróleo, na possibilidade de uma brusca desaceleração da economia norte-americana e na pronunciada desvalorização do euro, o desenho de um ambiente externo suficientemente adverso para fazer abortar a promissora recuperação de crescimento que vinha sendo observada desde 1999. A possibilidade de que a taxa de crescimento de 2000 acabasse abaixo dos 4% propalados pelo governo foi quase motivo de regozijo em certos círculos. E brandida como prova irrefutável de que, para manter a economia em crescimento, sem problemas de financiamento externo, a política macroeconômica terá de ser complementada por políticas setoriais e por uma misteriosa “política comercial agressiva”, que implique reversão do processo de abertura observado nos últimos anos.

Nenhum destes fatores de risco condicionantes do quadro externo desapareceu de cena. Mas vários deles vêm tendo evolução muito mais favorável do que vinha sendo aventada em análises mais pessimistas. Não obstante a forte volatilidade das bolsas neste final de ano, a verdade é que se tornou bem mais provável que o ambiente externo seja compatível com um crescimento da economia brasileira da ordem de 5% em 2001. E este cenário causa inquietação, não só na oposição, mas na heterogênea coalizão de forças que dá apoio ao governo. Nas águas turvas do complexo jogo sucessório que se inicia, não falta entre as hostes governistas quem torça contra “excesso de sucesso” na condução da política econômica.

Mas é preciso ter em mente que, não obstante o bom desempenho de 2000 e as boas perspectivas para 2001, o desafio da construção de uma base sólida para crescimento sustentado da economia brasileira ainda está longe de ter sido enfrentado a contento. E os verdadeiros entraves a um novo processo prolongado de crescimento vêm aflorando a cada dia com mais nitidez. Apontam para a necessidade de se retomar a velha agenda de reformas que tanto o governo quanto o Congresso parecem pouco inclinados a encarar. Trata-se de redesenhar a forma cada vez mais irracional com que os três níveis de governo vêm extraíndo da economia quase um terço do PIB em tributos. E de abrir espaço amplo nos seus orçamentos para os dispêndios que se fazem necessários do ponto de vista da preservação do crescimento e da construção de uma sociedade mais equânime. O que inevitavelmente remete à reformulação do sistema previdenciário no País. Nem o sucesso da política econômica nem

o oportunismo das fórmulas mágicas para a aceleração do crescimento devem permitir que se desvie o foco da necessidade de levar adiante as reformas pendentes na grande tarefa de reconstrução do setor público. Por mais complexas que inegavelmente sejam as negociações políticas requeridas.

Quanto a políticas setoriais e o papel da abertura, o ano termina com duas histórias emblemáticas, bem cobertas nesta semana pelo **Estado**, mas que talvez ainda não tenham recebido tanta atenção quanto de fato merecem. A primeira diz respeito à justa autocongratulação, que se permitiu o ministro do Desenvolvimento, por ter bravamente resistido ao gigantesco *lobby* montado pelo setor automotivo, ao longo do primeiro trimestre deste ano, para extrair do governo renúncias fiscais para um extemporâneo programa de renovação da frota de automóveis no País. Apesar da arregimentação de governadores e centrais sindicais e do intenso bombardeio de críticas na mídia à “falta de sensibilidade” do ministério, o governo permaneceu inarredável, face ao despropósito do pleito. Passados menos de nove meses, o ministro constata com grande satisfação que, na esteira de uma recuperação ordenada do nível de atividade, a grave crise setorial vaticinada para 2000 deu lugar a um ano de excelente desempenho para a indústria automobilística. Sem qualquer programa adicional de estímulo do governo ao setor.

A segunda história é sobre os efeitos da abertura comercial sobre a cultura do algodão no País. Subitamente exposto à concorrência externa no início do anos 90, o setor algodoeiro foi fortemente afetado. A produção em bases tradicionais em algumas regiões tornou-se economicamente inviável. E a área cultivada encolheu substancialmente. Foi o suficiente para que, ao longo dos últimos anos, fossem choradas lágrimas de esguicho sobre o efeito devastador da abertura comercial, que teria supostamente destruído a cultura do algodão no País. Passados alguns anos, constata-se que -- como já há muito vem alertando os especialistas mais atentos -- os efeitos foram extremamente positivos. Houve uma saudável revolução no cultivo do algodão no País, que hoje se faz em outras regiões e com tecnologia muito mais moderna do que a dominante no início dos anos noventa. A produção por hectare já alcança mais do dobro do nível observado naquele período. O setor está exportando e plenamente capacitado a enfrentar a concorrência externa. Em um momento em que tantos se apressam em denunciar a abertura como a mãe de todos os males, esta experiência deve ser objeto de cuidadosa reflexão.

Tanto o sucesso da política macroeconômica que vem sendo adotada no País quanto as duas histórias mencionadas, envolvendo políticas setoriais e abertura, sublinham a importância da coerência, da persistência e da clareza de objetivos na condução da política econômica.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.